

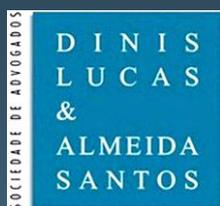
Novidades Legislativas

Dinis Lucas e Almeida Santos Sociedade de Advogados RL

17 A 21 de Fevereiro de 2014



Boutique law firm



geral@dlas.pt

www.dlas.com.pt

217 816 010

Av. Republica n.º 50

7-A

1050-196

Lisboa

DESTAQUES

DE 17 A 21 DE FEVEREIRO 2014

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- **QUESTÕES ELEITORAIS E REFERENDÁRIAS**

[Anúncio \(extrato\) n.º 50/2014, de 20 de Fevereiro](#)

(Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas)

Torna pública a lista por países dos postos suplementares de recenseamento eleitoral no estrangeiro.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Declaração de Retificação n.º 10/2014, de 19 de Fevereiro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros - Secretaria-Geral)

Retifica a Portaria n.º 8-A/2014, de 15 de Janeiro, da Presidência do Conselho de Ministros e dos Ministérios das Finanças, dos Negócios Estrangeiros, da Defesa Nacional, da Administração Interna, da Justiça, da Economia, do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, da Agricultura e do Mar, da Saúde, da Educação e Ciência e da Solidariedade,

Emprego e Segurança Social, que regulamenta o programa de rescisões por mútuo acordo de técnicos superiores a realizar no âmbito da administração direta e indireta do Estado, estabelecendo a sua duração, os requisitos e as condições específicas a aplicar e a tramitação do processo prévio ao acordo de cessação do

contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, publicada no Diário da República n.º 10, 1.º Suplemento, 1.ª série, de 15 de Janeiro de 2014.

AGRICULTURA E PESCAS

- **PESCAS**

[Portaria n.º 41/2014, de 17 de Fevereiro](#)

(Ministério da Agricultura e do Mar)

Define o modelo de gestão da quota de sarda atribuída a Portugal, para o ano de 2014.

AMBIENTE

[Portaria n.º 40/2014, de 17 de fevereiro](#)

(Ministérios do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, da Saúde e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social)

Estabelece as normas para a correta remoção dos materiais contendo amianto e para o acondicionamento, transporte e gestão dos respetivos resíduos de construção e demolição gerados, tendo em vista a proteção do ambiente e da saúde humana.

[Decreto-Lei n.º 28/2014, de 21 de fevereiro](#)

(Ministério da Economia)

Transpõe a Diretiva n.º 2002/46/UE, da Comissão, de 6 de dezembro, que altera a Diretiva n.º 97/68/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de dezembro, relativa à aproximação das legislações dos Estados membros respeitantes a medidas contra a emissão de poluentes gasosos e de partículas pelos motores de combustão interna a instalar em máquinas móveis não rodoviárias, e procede à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 236/2005, de 30 de dezembro, e à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 47/2006, de 27 de fevereiro.

ACTIVIDADE PARLAMENTAR

- **PROC. LEGISLATIVO**

[Decreto da Assembleia 206/XII](#)

Primeira alteração à Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro (Orçamento do Estado para 2014)

[Projecto de Lei 516/XII](#)

Lei consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde. - Autoria: PSD / PS / CDS-PP / PCP / BE / PEV

[Projecto de Lei 517/XII](#)

Autonomiza a criminalização da mutilação genital feminina - 31ª alteração ao Código Penal. - Autoria PSD

[Projecto de Lei 520/XII](#)

Primeira alteração à Lei Tutelar Educativa. - Autoria PS

[Projecto de Lei 521/XII](#)

Revoga a Lei n.º 8/2012 (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso).

[Projecto de Resolução 957/XII](#)

Aprova as linhas fundamentais para a elaboração e execução do programa nacional de simplificação administrativa e desburocratização SIMPLEX II. - Autoria PS

ASSUNTOS EUROPEUS

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 14/2014, de 20 de Fevereiro](#)**(Presidência do Conselho de Ministros)**

Comete à reunião de coordenação dos assuntos económicos e do investimento a função de Comité de Acompanhamento em Portugal do «Small Business Act», para a Europa.

CIDADÃOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS

[Despacho n.º 2671/2014, de 18 de Fevereiro](#)**(Ministérios da Saúde, da Educação e Ciência e da Solidariedade, Emprego e Segurança Social - Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, do Ensino Básico e Secundário, da Solidariedade e da Segurança Social e do Emprego)**

Estabelece o montante das verbas destinadas ao financiamento dos produtos de apoio, durante o ano de 2014, no âmbito do Sistema de Atribuição de Produtos de Apoio.

CULTURA

[Despacho n.º 2488/2014, de 17 de Fevereiro](#)**Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças – Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado da Cultura**

Fixa os valores de ingresso nos imóveis classificados dependentes da Direcção Regional de Cultura do Algarve.

[Despacho n.º 2489/2014, de 17 de Fevereiro](#)**Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças – Gabinetes da Ministra de Estado e das Finanças e do Secretário de Estado da Cultura**

Fixa os valores de ingresso nos imóveis classificados dependentes da Direcção Regional de Cultura do Alentejo.

DEFESA E FORÇAS ARMADAS

[Despacho n.º 2495/2014, de 17 de Fevereiro](#)

(Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Aprova as minutas e autoriza a assinatura do Memorando de Entendimento (MoU) relativo à Cooperação Bilateral entre as Forças de Operações Especiais Nacionais e Suecas.

[Despacho n.º 2607/2014, de 18 de Fevereiro](#)

(Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Autoriza as despesas e procedimentos referentes à empreitada de remodelação do edifício H04 do Hospital das Forças Armadas/Polo de Lisboa.

[Despacho n.º 2608/2014, de 18 de Fevereiro](#)

(Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Autoriza as despesas e procedimentos referentes à desmilitarização de munições e explosivos das Forças Armadas.

[Despacho n.º 2943/2014, de 21 de Fevereiro](#)

(Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Estabelece orientações complementares ao processo de reforma do Sistema de Saúde Militar (SSM).

DESPORTO

[Decreto Legislativo Regional n.º 4/2014/A, de 18 de Fevereiro](#)

(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Altera (segunda alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 2172009/A, de 2 de Dezembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2012/A, de 12 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo

EDUCAÇÃO

[Despacho n.º 2606/2014, de 18 de Fevereiro](#)

(Ministério da Defesa Nacional - Gabinete do Ministro)

Estabelece normas referentes ao funcionamento e reestruturação dos Estabelecimentos Militares de Ensino não Superior.

[Portaria n.º 44/2014, de 20 de Fevereiro](#)

(Ministério da Educação e Ciência)

Altera (primeira alteração) da Portaria n.º 265/2012, de 30 de agosto, que define as regras e procedimentos a observar quanto à celebração, acompanhamento e avaliação dos contratos de autonomia a celebrar entre os agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas e o Ministério da Educação e Ciência.

[Despacho n.º 2929-A/2014, de 20 de Fevereiro](#)

(Ministério da Educação e Ciência - Gabinete do Ministro)

Determina as datas do teste de diagnóstico de inglês e aprova o regulamento para aplicação do referido teste.

FINANÇAS

- **CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS**

[Decreto-Lei n.º 26-A/2014, de 17 de Fevereiro](#)

(Ministério das Finanças)

No uso da autorização legislativa concedida pelo artigo 242.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de Dezembro, cria o sorteio «Fatura da Sorte».

[Despacho n.º 2839-B/2014, de 19 de Fevereiro](#)

(Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra)

Aprova as tabelas de retenção na fonte para 2014 na Região Autónoma dos Açores.

[Despacho n.º 2937/2014, de 21 de Fevereiro](#)

(Ministério das Finanças - Gabinete do Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais)

Aprova os formulários e respetivas instruções, para aplicação do regime Especial de Tributação dos Rendimentos de Valores Mobiliários Representativos de Dívida, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 193/2005, de 7 de Novembro

JUSTIÇA

[Acórdão n.º 67/2014, de 21 de fevereiro](#)

(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucional a norma do n.º 2 do artigo 323.º do Código Civil, na interpretação segundo a qual, numa ação executiva, se a citação se não fizer dentro de cinco dias depois de ter sido requerida, por causa não imputável ao exequente, tem-se a prescrição por interrompida logo que decorram os cinco dias, mesmo que a citação venha a ter lugar mais de vinte anos após a verificação dos factos.

[Acórdão n.º 68/2014, de 21 de fevereiro](#)

(Tribunal Constitucional)

Decide não julgar inconstitucional a norma constante do artigo 102.º, n.º 2, do Código de Procedimento e de Processo Tributário, na parte em que na mesma se estatui que, em caso de indeferimento de reclamação graciosa, o prazo de impugnação judicial é de 15 dias.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

- **QUESTÕES CONSULARES**

[Aviso \(extrato\) n.º 2740/2014, de 20 de Fevereiro](#)

(Ministério dos Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral)

Torna públicas as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de março de 2014.

[Anúncio \(extrato\) n.º 50/2014, de 20 de Fevereiro](#)

(Ministério dos Negócios Estrangeiros - Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas)

Torna pública a lista por países dos postos suplementares de recenseamento eleitoral no estrangeiro.

SAÚDE

[Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2014/A, de 17 de Fevereiro](#)

(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)

Estabelece o regime de atribuição de incentivos e apoios à fixação aplicável ao pessoal médico na Região Autónoma dos Açores.

[Despacho n.º 2521/2014, de 17 de Fevereiro](#)

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito da Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E. P. E. (SPMS, E. P. E.), referentes aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA), que determinam as condições de fornecimento de MATERIAL DISPOSABLE DE BLOCO OPERATÓRIO - PARTE III.

[Despacho n.º 2644/2014, de 18 de Fevereiro](#)

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Estabelece disposições no âmbito da Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E (SPMS, E.P.E.), referentes aos Contratos Públicos de Aprovisionamento (CPA), que determinam as condições de fornecimento de VACINAS E TUBERCULINAS.

[Lei n.º 8/2014, de 20 de Fevereiro](#)

(Assembleia da República)

Altera os termos da aplicação do regime transitório de atribuição do título enfermeiro (primeira alteração à Lei n.º 111/2009, de 16 de Setembro, que procede à primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Enfermeiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 104/98, de 21 de abril.

[Portaria n.º 45/2014, de 21 de Fevereiro](#)

Ministério da Saúde

Altera (quinta alteração) a Portaria n.º 924-A/2010, de 17 de Setembro, que define os grupos e subgrupos farmacoterapêuticos que integram os diferentes escalões de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos

[Despacho n.º 2976/2014, de 21 de Fevereiro](#)

(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde)

Determina que as unidades funcionais prestadoras de cuidados de saúde em matéria de intervenção dos comportamentos aditivos e das dependências no âmbito das Administrações Regionais de Saúde, I.P. (ARS,IP) denominam-se unidades de intervenção local e revestem a natureza de, nomeadamente, centros de respostas integradas, unidades de alcoologia, unidades de desabilitação ou comunidades terapêuticas.

[Despacho n.º 2977/2014, de 21 de Fevereiro](#)**(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)**

Aprova a classificação farmacoterapêutica de medicamentos. Revoga o Despacho n.º 21844/2004, de 12 de outubro.

[Portaria n.º 158/2014, de 21 de Fevereiro](#)**(Ministério da Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)**

Revê o regime especial de comparticipação para medicamentos destinados ao tratamento da doença de hepatite C. Revoga a Portaria n.º 194/2012, de 18 de abril.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

[Decreto-Lei n.º 27/2014, 18 de Fevereiro](#)**(Ministério da Agricultura e do Mar)**

Procede à alteração (terceira alteração) do Decreto-Lei n.º 127/2005, de 5 de agosto, que estabelece o regime de criação das zonas de intervenção florestal, bem como os princípios reguladores da sua constituição, funcionamento e extinção, e à segunda alteração do Decreto-Lei n.º 16/2009, de 14 de Janeiro, que aprova o regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal.

RAA – REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

[Decreto Regulamentar Regional n.º 5/2014/A, de 17 de Fevereiro](#)**(Região Autónoma dos Açores - Presidência do Governo)**

Estabelece o regime de atribuição de incentivos e apoios à fixação aplicável ao pessoal médico na Região Autónoma dos Açores.

[Decreto Legislativo Regional n.º 4/2014/A, de 18 de Fevereiro](#)**(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)**

Altera (segunda alteração) o Decreto Legislativo Regional n.º 2172009/A, de 2 de Dezembro, alterado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 2/2012/A, de 12 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico de apoio ao movimento associativo desportivo.

[Despacho n.º 2839-B/2014, de 19 de Fevereiro](#)**(Ministério das Finanças - Gabinete da Ministra)**

Aprova as tabelas de retenção na fonte para 2014 na Região Autónoma dos Açores.

ADOPÇÃO E CO-ADOPÇÃO

Presidente da República devolveu ao Parlamento a proposta de referendo sobre a co-adoção e a adoção por casais do mesmo sexo

O Presidente da República devolveu à Assembleia da República a proposta de referendo sobre a possibilidade de co-adoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e sobre a possibilidade de adoção por casais do mesmo sexo, casados ou unidos de facto, aprovada pela Resolução n.º 6-A/2014, uma

vez que o Tribunal Constitucional se pronunciou, em sede de fiscalização preventiva obrigatória, pela sua inconstitucionalidade e ilegalidade.

PENAL

[Directiva n.º 2/2014 Procuradoria-Geral da República](#) - Acordos de sentença em processo penal

PORTAL DO GOVERNO

COMUNICADO DO CONSELHO DE MINISTROS DE 20 DE FEVEREIRO DE 2014

Foi aprovado o seguinte:

- O Conselho de Ministros aprovou a criação do Conselho de Concertação Territorial, órgão político de promoção da consulta e concertação entre o Governo e as diferentes entidades políticas infraestaduais, no plano regional e local.
- O Conselho de Ministros aprovou um diploma que estabelece um regime excecional e transitório a aplicar à reabilitação de edifícios ou de frações, concluídos há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana, sempre que estejam afetos ou se destinem a afetar total ou predominantemente ao uso habitacional.
- O Conselho de Ministros aprovou, nos termos do Regulamento comunitário, a criação das agências nacionais para a gestão do Programa Erasmus+ em Portugal, uma para o sector da educação e formação e outra para o sector da juventude e desporto, estabelecendo-se ainda o mecanismo da autoridade nacional necessário para a gestão coordenada da execução do Programa.
- O Conselho de Ministros aprovou em definitivo o diploma que regulamenta a Lei da Organização do Sistema Judiciário e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais, após a realização das audições legais obrigatórias.
- O Conselho de Ministros aprovou a regulação do Fundo para a Sustentabilidade Sistémica do Sector Energético, previsto no OE 2014 em resultado da criação da Contribuição Extraordinária para o Sector Energético.
- O Conselho de Ministros aprovou um diploma que revoga, a partir de 1 de junho, a anterior concessão do serviço público de telecomunicações.
- O Conselho de Ministros aprovou uma clarificação ao Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural do Tejo Internacional (PNTI).
- O Conselho de Ministros aprovou a revisão da servidão militar, terrestre e aeronáutica, das zonas confinantes com as instalações do Aeródromo de Manobra n.º 1 (AM 1), localizadas no município de Ovar, de forma a garantir a segurança de instalações militares, bem como a segurança das pessoas e

dos bens nas zonas confinantes. São criadas as condições necessárias à resolução de problemas urbanísticos e de ordenamento do território municipal e é também dado cumprimento às normas e recomendações mais recentes de organizações internacionais, nomeadamente da Organização Internacional da Aviação Civil e da Organização do Tratado do Atlântico Norte.

- O Conselho de Ministros aprovou o Acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e o Governo do Estado do Qatar, assinado em Doha.
- O Conselho de Ministros aprovou ainda a nomeação dos três membros do conselho de administração da SPMS, Serviços Partilhados do Ministério da Saúde, E.P.E., assegurando-se a continuidade de funções de um dos atuais elementos. Foi ouvida a Comissão de Recrutamento e Seleção para a Administração Pública, que se pronunciou favoravelmente sobre estas designações.

UNIÃO EUROPEIA

- **COMISSÃO EUROPEIA**

[Explorar o potencial turístico das regiões costeiras e insulares da EU](#)

O sector do turismo europeu está em franco crescimento. Com a nova estratégia, a UE visa dar resposta aos desafios enfrentados pelo sector e reforçar a sua competitividade.

[Roaming: com o fim das tarifas de roaming, as empresas de telecomunicações vão ganhar 300 milhões de novos clientes, revela um inquérito](#)

A Comissão Europeia calcula que, por causa das atuais estratégias tarifárias, as empresas de telecomunicações desperdiçam um mercado de cerca de 300 milhões de utilizadores de telemóveis, com efeitos negativos para as outras empresas, como os criadores de aplicações.

24 DE FEVEREIRO DE 2014

A ser distribuída e consultada por Clientes e Colegas e a informação nela contida é prestada de forma geral e abstracta, não dispensando assistência profissional qualificada e apreciação casuística. O contexto da presente não pode ser reproduzido, no seu todo ou em parte, sem a expressa autorização do autor. Para qualquer esclarecimento adicional sobre este assunto contacte-nos: geral@dlas.pt
